



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

ATA

COMITÊS GESTORES DAS CONTAS DOS PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA (CPR-SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA) E BACIAS HIDROGRÁFICAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DE FURNAS (CPR-FURNAS)

ATA DA REUNIÃO

Data: 23 de janeiro de 2025.

Horário e local: 15h00, por meio de videoconferência.

Presidência: Secretário Nacional de Segurança Hídrica – **Giuseppe Serra Seca Vieira**.

Quórum – Presentes

Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba-CPR São Francisco e Parnaíba:

I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:

Giuseppe Serra Seca Vieira, como 1º titular;

Fernanda Ayres Jardim Elias, como 2º titular;

II - da Casa Civil da Presidência da República:

Cristiane Battiston, como titular

Irani Braga Ramos, como suplente;

III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:

ausente;

IV - do Ministério das Cidades:

ausente;

V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

Iara Giacomini, como titular;

VI - do Ministério de Minas e Energia:

Guilherme Silva de Godoi, como titular.

VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:

Igor Klaus, como titular.

Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da Área de Influência das Usinas Hidrelétricas de Furnas - CPR-Furnas:

I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:

Giuseppe Serra Seca Vieira, como 1º titular;

Alexandre Saia, como suplente do 2º titular;

II - da Casa Civil da Presidência da República:

Cristiane Battiston, como titular

Irani Braga Ramos, como suplente;

III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:

ausente;

IV - do Ministério das Cidades:

ausente;

V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

Iara Giacomini, como titular;

VI - do Ministério de Minas e Energia:

Guilherme Silva de Godoi, como suplente;

VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:

Marcelo Fonseca, como titular.

Secretaria-Executiva para os Comitês-MIDR

- Ramielle Araujo Soares de Paula CGPRH/DRHB/SNSH/MIDR
- Giuliana Correa CGPRH/DRHB/SNSH/MIDR

Verificado o quórum, o Sra. Fernanda Ayres, MIDR, deu início a reunião às 14h10, com a apresentação da pauta:

- Autorização para pagamento das despesas administrativas, conforme solicitação da Eletrobras por meio da carta CTA-RRI-02273/2024;
- Proposta da Auditoria Independente de novo escopo para "análise prévia das propostas/projetos contemplando a definição dos honorários", conforme e-mail de 23 de dezembro de 2024.

1. Autorização para pagamento das despesas administrativas, conforme solicitação da Eletrobras por meio da carta CTA-RRI-02273/2024.

A senhora Fernanda Ayres, MIDR, iniciou a apresentação recordando ao Comitês a autorização prévia dada ao pagamento de impostos e a demanda do Comitê sobre maior detalhamento e individualização das despesas por ação, conforme a Resolução 6/2024. Apresentou, em sequência, os custos conforme as planilhas relacionadas.

O senhor Irani Braga, da Casa Civil, lembrou o posicionamento da CONJUR/MIDR, de que as despesas para serem pagas devem estar associadas diretamente às ações. Considerou que não é possível aprovar sem esse detalhamento. Apontou ainda que os custos administrativos são elevados, considerando a baixa execução realizada e orientou que o pagamento das custas administrativas seja realizado após o início do desembolso administrativo.

A senhora Bruna Cavalcante, MPOR, indicou que os percentuais não estão claros para viagens, nem quais são os valores de diárias praticados.

A senhora Cristiane Battiston, Casa Civil, comentou a impossibilidade pelo Comitê de se checar cada valor, e que poderia ser mais relevante a adoção de percentuais teto para gastos administrativos, uma vez que não foi o Comitê que definiu nenhum dos valores solicitados em formato de ressarcimento/pagamento, nem sobre cargos/salários ou estrutura.

O senhor Marcelo Fonseca, ABEMA, concordou e sugeriu fixação de percentual máximo de custo administrativo, e que não seria papel do Comitê avaliar prestação de contas antecipada.

O senhor Guilherme Godoi, MME, concorda com os antecessores, e sugeriu que a auditoria independente avaliasse antecipadamente esses custos. Informou que o CGPAL utiliza percentual fixo. Relembrou que também para cada projeto, na revisão apresentada, tem apresentado custos com equipe e não estar claro se esse valor já está somado ao custo administrativo.

A senhora Iara Giacomini, MMA, corroborou o posicionamento de que esse assunto deveria estar sob a alçada da auditoria independente e solicitou que a vinculação do nexo entre o gasto com viagem seja atrelado a uma ata/documento de reunião. Sugeriu ainda conversa com a Eletrobras sobre o detalhamento das despesas.

A senhora Bruna Cavalcante, MPOR, ressaltou que o período de custos está muito grande para avaliação, considerando 23/24.

O senhor Guilherme Godoi, MME, questionou se houve discussão com CGU sobre as custas administrativas e sugeriu que a CGU fosse ouvida para melhores orientações antes da realização de pagamentos.

A senhora Fernanda Ayres, MIDR, informou que a Eletrobras não discriminou custos por ação por entender que a criação da estrutura atenderia especificamente aos Comitês. Informou que houve conversa com a CGU, mas em sentido mais amplo, sem que houvesse a avaliação sobre itens específicos da resolução. O encaminhamento dado pelo Comitê foi de realização de reunião, a ser agendada pela Casa Civil, com a CGU e a CONJUR/MIDR para esclarecer dúvidas sobre despesas administrativas e construir a metodologia de pagamento para despesas administrativas e enviar à Eletrobras o parecer da CONJUR/MIDR, acerca da necessidade de vinculação das despesas administrativas com ações.

2. Proposta da Auditoria Independente de novo escopo para "análise prévia das propostas/projetos contemplando a definição dos honorários", conforme e-mail de 23 de dezembro de 2024.

A senhora Fernanda Ayres, MIDR, realizou a apresentação sobre a proposta de aditivo contratual da auditoria independente, para análise prévia dos projetos.

A senhora Bruna Cavalcante, MPOR, ressaltou a ausência de parâmetros de cálculo para avaliação dos valores do contrato. Questionou o valor do relatório de Nova Avanhandava ser superior aos demais.

O senhor Guilherme Godoi, MME, alegou que grande parte dos itens já são executados pelos membros ao submeterem as propostas e que a revisão do orçamento dos projetos, que seria a maior dificuldade dos membros do Comitê, não estava descrita de maneira clara no detalhamento da proposta. Reforçou que a parte ambiental estaria coberta nos custos da Eletrobras.

A senhora Bruna Cavalcante, MPOR, destacou que seria necessário um detalhamento melhor dos serviços para ser possível avaliação pelos Comitês.

O senhor Irani Braga, da Casa Civil, lembrou que a auditoria independente não foi contratada pelos Comitês, e que houve solicitação de escopo de atividades à Eletrobras. A responsabilidade pelos custos é da Eletrobras. O que se identificou é a ausência de itens que estão na portaria e não foram contratados. Orientou que fosse solicitado à Eletrobras a revisão do escopo.

O senhor Guilherme Godoi, MME, ressaltou a necessidade de um parecer analítico sobre os itens obrigatórios para a apresentação de propostas, avaliando-os antes da aprovação. Solicitou o entendimento dos demais.

A senhora Fernanda Ayres, MIDR, destacou que a Eletrobras entende que avaliação prévia poderia configurar conflito de interesses, tendo em vista que a auditoria independente vai avaliar posteriormente os projetos.

O encaminhamento dado pelos Comitês foi de solicitar à Eletrobras o comparativo entre os escopos solicitados originalmente e o que foi efetivamente contratado. Os Comitês, não sendo os responsáveis pelo contrato, não farão a avaliação de horas.

A senhora Fernanda Ayres, MIDR, encerrou a pauta principal e passou aos informes gerais. Destacou a elaboração do Relatório de Atividades do Comitê à CGU/TCU, e que haverá marcação de uma

extraordinária para a aprovação. Também haverá submissão de proposta de calendário de reuniões ordinárias.

O senhor Irani Braga, da Casa Civil, solicitou a elaboração de um fluxo para a aprovação das alterações nos valores dos projetos.

A senhora Fernanda Ayres, MIDR, informou ainda as ordens de serviços dadas no mês de janeiro, conforme e-mail da Eletrobras, de acordo com o cronograma anteriormente repassados.

Nada mais havendo a relatar, eu, Giuliana Correa, lavrei esta ata, que será assinada eletronicamente.

Brasília, *data da assinatura eletrônica*.

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA

Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Presidente dos Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos

59000.008576/2024-43

5186836v1



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 05/02/2025, às 17:21, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5608637** e o código CRC **6ED09123**.
